

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.107 - RS (2019/0216015-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120**  
**RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834**  
**ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560**  
**CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854**  
**CAROLINA FREITAS DOS SANTOS - RS105828**  
**PAOLA GRAVÍ DE AVILA E OUTRO(S) - RS105253**  
**AGRAVADO : JOSE LUIZ GREGIS**  
**ADVOGADOS : MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206**  
**JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067**

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno, interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em face da decisão de fls. 482-486 e-STJ, da lavra deste relator, que ***negou provimento ao recurso especial*** manejado pela parte ora agravante.

Pois bem. OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - interpôs recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 369-370 e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A.

APELAÇÃO DA RÉ. 1. COTAÇÃO DA AÇÃO.

Em caso de conversão em dinheiro da obrigação de subscrição de ações deve ser observado o valor do fechamento da cotação das ações na bolsa de valores na data do trânsito em julgado do título para as ações da CRT e Celular CRT.

2. GRUPAMENTO ACIONÁRIO. CRT.

Deve ser observado o fator de incorporação da CRT pela Brasil Telecom S/A, onde cada ação da CRT passou a corresponder a 48,56495196 ações Brasil Telecom S/A.

3. GRUPAMENTO ACIONÁRIO. CELULAR CRT.

Para as ações da Celular CRT/VIVO a serem indenizadas, após a divisão por 100 (cem) e multiplicação do resultado por 7,0294, deve, ainda, ser dividido por 4 e multiplicado por 1,55, encontrando-se o número final de ações da Celular a serem indenizados.

4. JUROS DE MORA INCIDENTES NOS RENDIMENTOS. TERMO INICIAL.

Tratando-se os rendimentos (dividendos e juros sobre capital próprio) de parcelas de trato sucessivo, com vencimentos previamente estabelecidos, os juros de mora incidem desde a data da citação.

5. CORREÇÃO MONETÁRIA.

A correção monetária é devida a contar do momento em que convertida a obrigação em pecúnia, até o efetivo pagamento.

6. APLICAÇÃO DE ÍNDICES NEGATIVOS DE CORREÇÃO.

Possibilidade. De acordo com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, é possível a incidência de índices negativos de correção monetária

nos períodos de deflação.

7. TERMO FINAL DOS DIVIDENDOS.

A data do trânsito em julgado do feito é o momento mais adequado para que a obrigação relativa aos dividendos cesse, eis que, além de ser alheia ao arbítrio das partes, é quando a obrigação se torna exigível. Precedentes jurisprudenciais.

APELAÇÃO DO AUTOR, 1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Considerando a natureza do feito e o trabalho desenvolvido, os honorários advocatícios devem ser majorados para 10% sobre o valor da condenação. Inteligência do artigo 85, § 2º, do CPC.

APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS.

Opostos embargos de declaração (fls. 409-416 e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 419-427 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 435-450 e-STJ), a recorrente apontou violação aos arts. 389, 397, 884, do Código Civil; 11, 489, 1.022, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, primeiramente, a existência de omissão e negativa de prestação jurisdicional acerca da matéria suscitada nos embargos de declaração, relativa à incidência dos juros de mora sobre as parcelas vincendas dos dividendos.

No mérito, defendeu a necessidade de diferenciação entre as parcelas vencidas e vincendas dos dividendos, afirmando que sobre as parcelas vincendas incidirão juros de mora somente a partir do vencimento. Destacou, ainda, a inaplicabilidade do Tema 659 do STJ, pois a decisão do REsp n. 1.301.989/RS diz respeito tão somente às parcelas vencidas.

Contrarrazões às fls. 458-465 e-STJ, o apelo nobre foi admitido na origem.

Em juízo monocrático (fls. 482-486 e-STJ), *negou-se provimento ao recurso especial*, sob os seguintes fundamentos: (i) inexistência de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; e (ii) incidência do óbice da Súmula 83/STJ, eis que o acórdão recorrido teria decidido a questão em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos.

Daí o presente agravo interno (fls. 490-501 e-STJ), no qual a agravante defende ser o caso de provimento do recurso especial. Aponta, em suma, que a decisão proferida no REsp n. 1.301.989/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, diz respeito tão somente às parcelas vencidas, não tendo havido qualquer menção à incidência de juros de mora sobre as parcelas vincendas.

Não foi apresentada impugnação, conforme certidão de fl. 504.

É o relatório.

Decide-se.

Ante as razões expendidas, reconsidera-se a decisão de fls. 482-486 e-STJ, a fim de **dar parcial provimento** ao recurso especial.

1. De início, não se verifica ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, inc. II, do CPC/15, quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR

CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018 .

Alegou a parte recorrente que o acórdão impugnado restou omissos acerca da incidência dos juros de mora sobre as parcelas vincendas dos dividendos.

No entanto, o Tribunal de origem se manifestou expressamente sobre a referida questão, consignando que (fls. 383-388 e-STJ):

**4. Juros de mora incidentes nos rendimentos. Termo inicial.**

Revejo meu posicionamento acerca do termo inicial dos juros de mora incidentes nos rendimentos.

O Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Recurso Especial nº 1.301.989/RS, em sede de recurso repetitivo, decidiu que os juros de mora dos rendimentos devem ser aplicados desde a data da citação, posicionamento ao qual me filio. (...).

Tratando-se os rendimentos (dividendos e juros sobre capital próprio) de parcelas de trato sucessivo, com vencimentos previamente estabelecidos, os juros de mora incidem desde a data da citação, em relação às parcelas vencidas e vincendas.

Como visto, a tese da insurgente foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, ainda que em sentido contrário a sua pretensão recursal.

Não há que se falar, portanto, em qualquer vício, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado. Afasta-se, portanto, a alegada violação aos artigos 489, § 1º, e 1.022, inc. II, do CPC/15.

**2.** No mérito, cinge-se a pretensão recursal ao termo inicial dos juros de mora sobre as parcelas vincendas dos dividendos

Como visto acima, no caso em tela, o Tribunal local entendeu que os juros de mora incidem desde a data da citação, tanto em relação às parcelas vencidas como vincendas.

**No entanto**, a jurisprudência desta Corte Superior evoluiu e passou a diferenciar, para fins de incidência dos juros de mora sobre os dividendos, as parcelas vencidas antes do ajuizamento da demanda daquelas que se tornaram devidas após a citação no processo de conhecimento (vincendas).

Nesse sentido, o precedente da Terceira Turma, que aponta a referida distinção:

1 RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIVIDENDOS. JUROS MORATÓRIOS. PARCELAS VINCENDAS. TERMO INICIAL. VENCIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a definir o termo inicial dos juros moratórios relativamente às parcelas vincendas.

3. Nos contratos de participação financeira firmados com empresas de telefonia, os juros de mora sobre os dividendos incidem, em regra, a partir da citação. Precedente da Segunda Seção.

**4. As parcelas devidas a partir do período compreendido entre a data**

**da citação e a do trânsito em julgado (denominadas vincendas) devem observar as datas dos respectivos vencimentos para que se inicie o cômputo dos juros de mora, pois é desse momento em diante que elas passam a ser exigíveis.**

5. Recurso especial provido para determinar que a incidência dos juros de mora sobre as parcelas que se tornarem devidas a partir do período compreendido entre a data da citação e a do trânsito em julgado da fase de conhecimento tenha como termo inicial o vencimento da respectiva parcela. (REsp 1601739/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019) [grifou-se]

Igualmente:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SUPRIMENTO. CARÁTER INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. EXCEPCIONALIDADE. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIVIDENDOS. JUROS MORATÓRIOS. PARCELAS VINCENDAS. TERMO INICIAL. VENCIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Os embargos de declaração são cabíveis para suprir omissão do acórdão.

3. Admite-se que os embargos, ordinariamente integrativos, tenham efeitos infringentes desde que constatada a presença de um dos vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cuja correção importe alterar a conclusão do julgado.

4. Nos contratos de participação financeira firmados com empresas de telefonia, os juros de mora sobre os dividendos incidem, em regra, a partir da citação. Precedente da Segunda Seção.

**5. As parcelas devidas a partir do período compreendido entre a data da citação e a do trânsito em julgado (denominadas vincendas) devem observar as datas dos respectivos vencimentos para que se inicie o cômputo dos juros de mora, pois é desse momento em diante que elas passam a ser exigíveis.**

6. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes.

(EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1190778/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019) [grifou-se]

Também nesse sentido, a recente decisão proferida pelo e. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, nos autos do **REsp 1.847.292-RS**, DJe 18/02/2020, de onde se extrai, ainda, a seguinte fundamentação:

Salienta-se que, como bem observado pelo relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, no último julgado acima citado, que o entendimento relativo ao termo inicial dos juros de mora sobre as parcelas vincendas dos dividendos não conflita com a posição da Segunda Seção firmada no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.301.989-RS (Temas nº 658, 659 e 741), pois "*estará a deliberar acerca de uma situação específica e excepcional (termo inicial dos juros moratórios decorrentes da obrigação*

# Superior Tribunal de Justiça

*de pagar dividendos convertida em perdas e danos sobre as parcelas vincendas posteriores à citação), cuja minúcia não estava em questão naquela assentada e sobre ela não se debruçou o colegiado maior de Direito Privado".*

E, por fim, as seguintes decisões monocráticas proferidas por Ministros integrantes da Segunda Seção desta Corte Superior: **REsp 1.771.380-RS**, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, DJe 10/03/2020; **REsp 1.845.735-RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 29/11/2019; **REsp 1.827.677-RS**, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 23/08/2019; e **REsp 1.685.831-RS**, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 12/08/2019.

Encontrando-se, portanto, o acórdão recorrido em desconformidade com o referido entendimento, impõe-se o provimento do recurso especial, a fim de determinar que os juros de mora, sobre as parcelas de dividendos que se tornaram devidas após a citação (vincendas), incidam a partir do vencimento de cada parcela.

**3.** Do exposto, **reconsidera-se a decisão de fls. 482-486 e-STJ** e, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dá-se parcial provimento** ao recurso especial, a fim de determinar que os juros de mora, sobre as parcelas de dividendos que se tornaram devidas após a citação (vincendas), incidam a partir do vencimento de cada parcela.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator